

HÁ ESPECULAÇÕES NO MERCADO SOBRE UMA EVENTUAL "FLEXIBILIZAÇÃO" DA POLÍTICA MONETÁRIA DO GOVERNO

RIBAMAR OLIVEIRA

Qualquer análise que se faça sobre o comportamento da economia nos próximos meses terá, necessariamente, de levar em conta a questão eleitoral. O quadro político brasileiro hoje é marcado pela corrida da reeleição, não apenas do presidente da República, mas também dos governadores. Não é só Fernando Henrique que deseja um segundo mandato. Todos os governadores, até mesmo os da oposição que lutaram contra a emenda da reeleição, querem continuar no cargo por mais quatro anos.

Os governadores procuram desesperadamente por mais verbas, que lhes permitam realizar as obras e os programas sociais que dão votos. O Palácio do Planalto mede a temperatura da opinião pública a cada mexida na área econômica ou ao defender qualquer proposta. A reeleição é o referencial de qualquer medida adotada em nível federal ou estadual. Parece exagero dizer isso, mas não é.

A primeira repercussão desse "estado nacional de reeleição" deve ocorrer no Congresso. É provável que a reforma da Previdência e a da administração passem para segundo plano. Os temas polêmicos que envolvam redução de benefícios ou aumento de custos para os cidadãos provavelmente serão deixados para outra hora por senadores e deputados, também de olho na reeleição.

A chamada equipe econômica sabe que é difícil aprovar, antes das eleições, as duas reformas. Não há, no entanto, uma preocupação excessiva com esse fato, porque, argumentam os técnicos, as privatizações que serão realizadas pelo governo garantirão o fluxo de divisas estrangeiras necessário ao fechamento das contas externas do País



e, assim, a "travessia" até o eventual segundo mandato de FH poderá ser feita sem maiores sobressaltos.

O último desejo manifestado por deputados e senadores é que suas emendas ao Orçamento de 1998, no valor de R\$ 3 bilhões, tenham as verbas liberadas no primeiro semestre do próximo ano. Os parlamentares querem arrancar esse compromisso do governo. Em troca também assumem o compromisso de não alterar os recursos previstos para o Programa Brasil em Ação, que é o carro-chefe da reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

O movimento mais intenso, no entanto, está ocorrendo nos Estados. Os governadores estão ávidos por mais receita. A principal fonte de eventuais recursos é a privatização de empresas estatais. Os governadores estão obtendo antecipações da receita de futuras privatizações no BNDES e, com isso, conseguindo pôr em dia a folha de pagamento dos servidores e, ao mesmo tempo, iniciar as obras que darão os votos necessários ao projeto de reeleição. Alguns deles estão vendendo patrimônio para pagar despesas correntes, e não para quitar suas dívidas!

Esse movimento começou a despertar preocupação na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Os senadores querem obrigar os governadores a utilizar pelo menos 85% dos recursos arrecadados com as privatizações ou antecipados pelo BNDES na quitação das dívidas estaduais. Se o dinheiro das privatizações está sendo gasto com obras, isso significa uma pressão adicional sobre a demanda interna.

A discussão em torno do que fazer com os títulos emitidos para o pagamento de precatórios, cujos recursos foram desviados, envolve também o "estado nacional de reeleição". Alguns senadores querem que os Estados que desviaram os recursos resgatem os títulos, mesmo que as irregularidades não tenham sido praticadas pelos atuais governadores. Outro grupo de senadores quer incluir esses títulos na renegociação das dívidas feitas com o Ministério da Fazenda, porque essa solução permitirá uma margem maior de recursos para que os governadores realizem os seus programas.

A disputa entre o governo federal e os governadores em torno das "perdas" da Lei Kandir reflete também uma preocupação com os recursos disponíveis para investimentos. Os governadores alegam que os Estados terminaram bancando sozinhos o custo da desoneração das exportações de produtos primários

e semi-elaborados e as compras de máquinas e equipamentos. A receita de ICMS que deixou de entrar nos cofres estaduais é menos dinheiro que poderia ter sido gasto em obras e investimentos geradores de votos.

Há especulações no mercado, também, sobre uma eventual "flexibilização" da política monetária do governo. O raciocínio é que reeleição não rima com desemprego nem com baixo crescimento da economia. Assim, o governo poderia ser tentado a permitir um pequeno aquecimento da economia para que em outubro de 1998 o eleitor pudesse ir às urnas mais satisfeito com o Plano Real.

Alguns analistas sérios acham que é necessário considerar essa hipótese ao montar cenários para a economia em 1998. Esses mesmos analistas não acreditam que o Banco Central (BC) abra mão de seus parâmetros técnicos e de suas preocupações macroeconômicas. Mas poderá ficar mais simpático a pequenos ajustes que possam trazer benefícios em termos de aumento da produção e do consumo.

As fontes consultadas não acreditam numa mudança da TBC (taxa de juros básica do BC, que é o parâmetro para o custo do dinheiro no mercado) antes de janeiro. Mesmo porque uma alteração precipitada poderia levar o BC a reverter a medida no momento seguinte, em razão de qualquer estremeamento de conjuntura, o que daria um sinal contraditório ao mercado.

O contribuinte, que paga a conta, deve torcer apenas para que o "estado nacional de reeleição" não crie dificuldades adicionais para o controle das finanças públicas nem venha afetar a precária situação das contas externas do País. Mesmo porque um movimento nessa direção estaria fadado a ser corrigido no futuro, com custos talvez sérios para o País.